



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23/01/2018
(Contém folhas)

ATA Nº 02

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 23/01/2018

ATA Nº 2

----- Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

1.1 - RECURSOS HUMANOS

1.1.1 - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Foi publicada em 29 de dezembro de 2017, a Lei n.º 112/2017, que estabelece os termos do programa de regularização extraordinária, dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções, que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado, a que se referem o artigo 25.º da Lei n. 42/2016, de 28 de dezembro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim em cumprimento da referida Lei, o Município de Pampilhosa da Serra, deve regularizar, os vínculos dos trabalhadores que reúnam os seguintes requisitos: -----

----- - Que satisfaçam necessidades permanentes de recursos humanos dos serviços da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, com sujeição ao poder hierárquico, a disciplina ou direção desta autarquia, sem vínculo jurídico adequado, de acordo com o n.º 1 do Artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

----- - Que de acordo com n.º 1, do artigo 3.º (Âmbito da regularização extraordinária) da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, abrange os trabalhadores a que se refere o n.º 1, do artigo 2.º da citada Lei, que exerçam ou tenham exercido as funções nesta Autarquia:

a) No período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data do início do procedimento concursal de regularização; -----

b) Nos casos de exercício de funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos emprego-inserção+, as que tenham exercido as mesmas funções nas condições referidas no proémio, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização; -----

c) Nos casos de exercício de funções ao abrigo de contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir a carência de recursos humanos essenciais para a satisfação de necessidades permanentes, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização. -----

----- Neste sentido, o diploma prevê o reconhecimento pelo órgão executivo, dos trabalhadores que cumpram estes requisitos para ocupação de postos de trabalho do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, proponho que sejam reconhecidos os lugares do seguinte mapa, sendo este, um resumo do mapa anexo, que vai fazer parte integrante desta ata: -----

Categoria/Carreira	Área de formação académica e/ou profissional	Posto de Trabalho
Técnico Superior	Jurista	1
Técnico Superior	Gestão/Recursos Humanos	1
Técnico Superior	Ecoturismo	1
Técnico Superior	Línguas, Literaturas e Culturas (Inglês e Alemão)	1
Técnico Superior	Professor - Educação Física	1
Assistente Técnico	Administrativo	11
Assistente Técnico	Animação	5
Assistente Técnico	Museu	1
Assistente Operacional	Auxiliar Administrativo	2



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Assistente Operacional	Auxiliar Serviços Gerais	1
Assistente Operacional	Sapador	11
Assistente Operacional	Cantoneiro de Limpeza	4
Assistente Operacional	Maquinas Pesadas	1
Assistente Operacional	Canalizador	1
Assistente Operacional	Mecânico	2
Assistente Operacional	Motorista de Pesados	2
Assistente Operacional	Serviços Gerais	4
Assistente Operacional	Coveiro	1
Assistente Operacional	Auxiliar Desporto	2

----- Para além do reconhecimento destes requisitos pela Câmara e em cumprimento do n.º 2 do artigo 6.º da citada Lei, nas autarquias locais e nas situações abrangidas pela LTFP, e obrigatória a abertura de procedimentos concursais para regularização extraordinária e no caso os postos de trabalho correspondentes a atividades de natureza permanente não ocupados sejam em numero insuficiente no respetivo mapa de pessoal, são aumentados os postos de trabalho, no número estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pelo órgão executivo. -----

----- Assim, proponho também a criação de um lugar de Assistente Operacional (Coveiro), de acordo com o mapa anexo, que deverá ser remetido à Assembleia Municipal, para esta deliberar sobre a alteração ao mapa de pessoal para 2018. -----

----- A Câmara Municipal, após uma leitura da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro e do Guião para a Administração Local emitido pela DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais analisou os lugares propostos no mapa anexo, concluindo que estes trabalhadores exercem funções no Município de Pampilhosa da Serra, nos diversos serviços da autarquia, cumprindo um horário de trabalho sob as ordens dos respetivos chefes de divisão. Verificou-se também, que estes lugares constituem necessidades permanentes de serviço, mesmo existindo um vínculo jurídico não adequado, fruto das sucessivas reduções de pessoal impostas pelos últimos orçamentos de estado. -----

----- Assim, foi deliberado, por unanimidade, no âmbito da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, aprovar o reconhecimento das situações de exercício de funções discriminadas e que consubstanciam necessidades permanentes e cujos trabalhadores afetos são detentores de vínculo jurídico inadequado. -----

----- Foi ainda deliberado por unanimidade, a criação do lugar proposto, no mapa de pessoal e remeter para a Assembleia Municipal a proposta de criação do mesmo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Verificou-se ainda, não existir necessidade de se proceder a uma modificação orçamental, visto haver verba suficiente para esta reestruturação, uma vez que estes e outros lugares já estavam em vias de serem regularizados através de procedimentos concursais normais a realizar durante o ano de 2018. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

1.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

1.2.1 - Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento - Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro - Relatório de Execução Final

----- Dando cumprimento ao disposto no nº 9 da Cláusula Segunda do Protocolo supra referido, vem a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, apresentar e submeter à apreciação e aprovação do Órgão Executivo Camarário, o relatório final, no qual constam todas as ações levadas a efeito no âmbito da promoção educativa, cultural, turística, de marketing territorial e de gestão ativa da floresta no concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise do documento em apreço, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias e a Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, ausentaram-se da sala, por estarem impedidos por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, e por mim Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi. -----




